



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



**REPUBLICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 002/2026**

(Processo Administrativo nº 011/2026)

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BELA VISTA/MS.

OBJETO: “Aquisição de 01 (uma) caminhonete nova, 0 km, equipada com sistema de elevação tipo cesto aéreo e carroceria operacional, destinada ao atendimento do Setor de Iluminação Pública da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Infraestrutura do Município de Bela Vista/MS.”

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 456.926,67
(quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2026 às 08hs:30min.
(horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP: não

PLATAFORMA: www.licitanet.com.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**REPUBLICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 002/2026
(Processo Administrativo nº 011/2026)**

1. PREÂMBULO

Torna-se público que o Município de Bela Vista, por meio da Superintendência de Licitação, sediado na Rua Santo Afonso, nº 660, Centro, Bela Vista/MS, torna público que realizará a republicação de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço por item**, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, e demais normas pertinentes, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **aquisição de 01 (uma) caminhonete nova, 0 km, equipada com sistema de elevação tipo cesto aéreo e carroceria operacional**, destinada ao atendimento do Setor de Iluminação Pública da **Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Infraestrutura do Município de Bela Vista/MS**, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I**.

2.2. O objeto é caracterizado como **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, na forma do Termo de Referência.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atendam às exigências deste Edital, estejam regularmente constituídas e cadastradas/habilitadas no sistema/portal de compras indicado no preâmbulo.

3.2. **Vedação de consórcio:** salvo previsão expressa em sentido diverso no processo, **não será admitida a participação em consórcio**, em razão da natureza do objeto (bem único e integrado), conforme justificativas constantes do planejamento da contratação.

3.3. Não poderão participar direta ou indiretamente:

a) quem não atenda às condições deste Edital;

b) quem esteja sob falência, recuperação judicial (quando impeditiva), dissolução ou liquidação, conforme regras do Edital e do sistema;

c) quem esteja impedido(a) de licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**



d) quem mantenha vínculo que caracterize conflito de interesses, vedação legal ou situação de impedimento com o órgão/entidade.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão apresentados por meio do sistema eletrônico, no prazo e forma previstos no portal/plataforma e na Lei nº 14.133/2021, devendo conter identificação do interessado e a indicação objetiva do ponto questionado.

4.2. As respostas serão disponibilizadas no sistema e integrarão os autos do processo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

a) **marca, modelo e versão** do veículo e identificação do implemento/cesto e da carroceria operacional;

b) declaração de atendimento às especificações mínimas do TR;

c) preço unitário e total do item, com todos os custos, tributos, fretes, seguros e encargos inclusos.

5.3. Na etapa indicada no TR, o licitante vencedor deverá apresentar **catálogo técnico/prospecto/ficha técnica** do veículo, do equipamento de elevação e da carroceria operacional, emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado, para verificação objetiva de conformidade.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ETAPA DE LANCES

6.1. A sessão pública ocorrerá na data e horário informados no sistema, com abertura das propostas e início da etapa competitiva.

6.2. O modo de disputa será **aberto** (ou conforme indicado no preâmbulo), observadas as regras do sistema.

6.3. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará as propostas pelo menor preço. O pregoeiro poderá:

a) negociar com o licitante melhor classificado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

b) solicitar ajustes e esclarecimentos;

c) verificar a exequibilidade.

7. DO JULGAMENTO (CRITÉRIO MENOR PREÇO POR ITEM)

7.1. O julgamento será pelo **menor preço por item**, considerando o atendimento integral às especificações do Termo de Referência.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

a) não atender às especificações do TR;

b) apresentar preço manifestamente inexequível;

c) conter vícios insanáveis ou condições não previstas no Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a fase de julgamento, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para apresentar os documentos de habilitação, conforme exigências do TR e deste Edital, por meio do sistema, dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro.

8.2. Para fins de habilitação, deverão ser comprovados, no mínimo, os requisitos abaixo (conforme TR):

Habilitação Jurídica;

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.15. A Administração poderá realizar diligências para complementação de informações ou saneamento de falhas formais, na forma da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja alteração da substância dos documentos e da proposta.

Da proposta final

8.16. Apresentação de catálogo técnico, prospecto, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou pelo fornecedor autorizado, contendo informações detalhadas do equipamento ofertado, junto a proposta final do vencedor.

9. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC Nº 123/2006)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

9.1. Aplicam-se, quando cabíveis, as disposições da LC nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal tardia e aos critérios de desempate.

9.2. Caso o processo/planejamento tenha previsto condições específicas para aplicação (ou afastamento) do art. 48 da LC nº 123/2006, estas constarão no Termo de Referência e/ou neste Edital e deverão ser observadas.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Caberá recurso nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das regras do sistema eletrônico, com manifestação de intenção de recorrer e apresentação das razões no prazo definido pelo pregoeiro/sistema.

10.2. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos, o objeto será adjudicado ao vencedor e o processo será encaminhado para homologação pela autoridade competente.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação será formalizada por **contrato administrativo**, conforme **Minuta de Contrato – Anexo III**.

12.2. **Vigência do contrato:** 12 (doze) meses contados da assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021 (conforme TR).

12.3. **Garantia da contratação:** não será exigida, nos termos do TR e do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO E TREINAMENTO

13.1. **Prazo de entrega:** até 90 (noventa) dias corridos, em remessa única, contados da assinatura do contrato (conforme TR).

13.2. **Local de entrega:** conforme item específico do TR. Caso este Edital esteja sendo adaptado para outro órgão, deverá ser atualizado o endereço e a unidade recebedora no Anexo I.

13.3. **Treinamento:** a contratada deverá ministrar treinamento **presencial** para, no mínimo, 03 (três) servidores, conforme TR, após a entrega e antes do recebimento definitivo.

13.4. O recebimento provisório e definitivo observará o TR e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

14. PAGAMENTO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

14.1. O pagamento observará os prazos, condições, retenções tributárias e procedimentos de liquidação previstos no TR e no contrato, condicionando-se à entrega, ao recebimento e à regularidade fiscal da contratada.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

15.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Projeto/Atividade: 2029

Fonte de recurso: 1.751.0000

Elemento de despesa: 449052

Ficha: 512

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade), conforme gravidade, contraditório e ampla defesa.

16.2. As penalidades e hipóteses de aplicação constarão detalhadas na minuta contratual (Anexo III) e no TR.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins, os anexos listados no item 17.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro/autoridade competente, à luz da Lei nº 14.133/2021 e das regras do sistema.

17.3. Este Edital deverá ser publicado/divulgado no sistema e no **PNCP**, conforme exigências normativas aplicáveis.

18. ANEXOS

Anexo I: Termo de Referência (TR)

Anexo II: Modelo de Proposta de Preços

Anexo III: Minuta de Contrato Administrativo

Anexo IV: Modelos de Declarações



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Bela Vista/MS, 14 de maio de 2026.

GERARDO GABRIEL NUNES
BOCCIA:04548969136
6

Assinado de forma digital por
GERARDO GABRIEL NUNES
BOCCIA:04548969136
Dados: 2026.05.14 09:00:45
-04'00'

Gerardo Gabriel nunes Boccia
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 002/2026
Processo Administrativo nº 011/2026

Órgão/Entidade:
Razão social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone/E-mail:
Responsável legal: _____

1. PROPOSTA

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Caminhonete 0 km com cesto aéreo e carroceria operacional, conforme TR	UNID	01			

2. DECLARAÇÕES DA PROPONENTE

a) declaramos que atendemos integralmente às especificações e exigências do Termo de Referência (Anexo I) e do Edital;

b) declaramos que no preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, fretes, seguros, taxas e demais encargos;

c) declaramos ciência de que, se vencedores, apresentaremos catálogo técnico/prospecto/ficha técnica do veículo, do equipamento de elevação e da carroceria operacional, emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado, para comprovação objetiva de conformidade;

d) Prazo de entrega: até 90 dias corridos (conforme TR).

Validade da proposta: ____ (____) dias, contados da data de abertura da sessão.
[LOCAL], //2026.

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo: _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
Processo Administrativo nº 011/2026
Pregão Eletrônico nº 002/2026**

O Município de **Bela Vista**, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Prefeitura Municipal, com sede na Rua Santo Afonso, n.660, Centro, na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 03.217.916/0001-96, neste ato representado pelo Senhor **GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA**, Termo de Posse 01/01/2025 de 01 de Janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do município de 02 de Janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 6653, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa [REDACTED], inscrita no CNPJ sob nº [REDACTED], com sede em [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, regido pela **Lei nº 14.133/2021**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de **01 (uma) caminhonete nova, 0 km, equipada com sistema de elevação tipo cesto aéreo e carroceria operacional**, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026) e proposta vencedora.

1.2 Itens da contratação:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) divulgação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXX



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação o então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1. A entrega ocorrerá em até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no endereço indicado no TR, por conta da Contratada e sem ônus adicional para a Contratante.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

9.1. O recebimento provisório e definitivo seguirá o TR, com possibilidade de rejeição total ou parcial do bem, quando em desacordo com as especificações, e obrigação de substituição no prazo definido no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TREINAMENTO E ADESIVAÇÃO

10.1. A Contratada realizará treinamento presencial para no mínimo 03 (três) servidores, após a entrega e antes do recebimento definitivo, conforme TR.

10.2. O bem será entregue devidamente adesivado/identificado, conforme especificações e modelo fornecidos pela Contratante, nos termos do TR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. A garantia contratual mínima é de 12 (doze) meses (ou superior se fornecida pelo fabricante), contada a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo, abrangendo manutenção corretiva, peças e demais condições previstas no TR.

11.2. A manutenção preventiva observará o TR, o manual do proprietário e os procedimentos do fabricante, sem ônus adicional à Contratante, quando cobertos pela garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

12.1. São obrigações do Contratante:

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

12.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do contratado, de acordo com o objeto; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.17. A entrega ocorrerá em até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no endereço indicado no TR, por conta da Contratada e sem ônus adicional para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(art. 92, XIV)**

15.1. Consta em tópico específico no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

16.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral, na dotação abaixo discriminada:

Projeto/Atividade: 2029

Fonte de recurso: 1.751.0000

Elemento de despesa: 449052

Ficha: 512

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro Comarca de Bela Vista Estado de Mato Grosso do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Bela Vista/MS, ____ de ____ de 2026.

Gerardo Gabriel Nunes Boccia
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÕES

A) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Declaramos, sob as penas da lei, que não existem fatos impeditivos para a participação da empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED], na licitação Pregão Eletrônico nº 002/2026, bem como que não fomos declarados inidôneos nem estamos impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

[LOCAL], //2026.

Representante legal

B) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED], não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

[LOCAL], //2026.

Representante legal

C) DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP (SE APLICÁVEL)

Declaramos, para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, que a empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED], se enquadra como:

() Microempresa – ME

() Empresa de Pequeno Porte – EPP

[LOCAL], //2026.

Representante legal

D) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL E DO TR

Declaramos que examinamos e compreendemos o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026 e seus anexos, inclusive o Termo de Referência, aceitando integralmente suas condições, responsabilizando-nos pela veracidade das informações prestadas e pela proposta ofertada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

[LOCAL], //2026.

Representante legal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Aquisição de 01 (uma) caminhonete nova, 0 km, equipada com sistema de elevação tipo cesto aéreo e carroceria operacional, destinada ao atendimento do Setor de Iluminação Pública da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte do Município de Bela Vista/MS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p>CAMINHONETE EQUIPADA COM SISTEMA DE ELEVAÇÃO TIPO CESTO AÉREO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:</p> <ul style="list-style-type: none">- Caminhonete nova, 0 (zero) km, ano de fabricação/modelo 2025 ou superior; - Cabine simples para 2 ocupantes, com cintos de segurança e bancos com encosto de cabeça;- Ar condicionado original de fábrica (ar quente e frio), com função desembaçante de para-brisas; - Pintura original de fábrica na cor branca;- Motor movido a óleo diesel; - Potência de, no mínimo, 150 CV; - Caixa de câmbio de, no mínimo, 05 (cinco) velocidades à frente e 01 (uma) a ré;- Direção hidráulica e/ou elétrica;- Tração traseira 4 x 2 ou 4 x 4;- Distância entre eixos de, no mínimo, 3.000 (três mil) mm;- Capacidade de carga útil mínima de 1.000 kg - Pneus radiais, inclusive o estepe;- Espelho retrovisor interno, com ajuste	UNID.	01	R\$ 456.926,67 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)	R\$ 456.926,67 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



<p>manual - Espelhos retrovisores externos (direito e esquerdo) com ajuste manual, que propiciem o mesmo campo de visão dos originais quando da instalação e fixação das caixas para transporte de ferramentas e componentes utilizados na manutenção de redes elétricas;</p> <p>- Jogo de tapetes de borracha; - Tomada de força para acionamento do cesto aéreo;</p> <p>- Todos os itens de segurança exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.</p> <p>- Equipado com cesto aéreo em fibra de vidro; novo, em estado de perfeita conservação e funcionamento em cor de alta visibilidade, conforme norma vigente;</p> <p>- Capacidade para 01 operador e carga mínima de 136 kg;</p> <p>- Capacidade de trabalho em linhas energizadas de até 46 Kv categoria "C";</p> <p>- Altura de trabalho mínima de 10 metros;</p> <p>- Altura máxima de transporte 3,40 metros (equipamento + veículo)</p> <p>- Giro infinito de 360° contínuos;</p> <p>- Sistema de nivelamento automático do cesto;</p> <p>- Controle de operação da parte aérea, na torre e no cesto, com prioridade para o da torre;</p> <p>- Válvulas holding nos cilindros da lança e braço;</p> <p>- Sistema de emergência dotado de bomba manual;</p> <p>- Controle de segurança para operações indevidas no cesto; - Suporte para</p>				
---	--	--	--	--

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



<p>fixação do cinto de segurança;</p> <p>- Alarme sonoro nos estabilizadores; com dispositivo</p> <p>de parada e partida do motor a partir do cesto;</p> <p>- Estabilizadores com válvulas de retenção duplamente pilotada; - Bomba hidráulica de engrenagens, com acionamento através de tomada de força ou kit eletro- hidráulico (central) com aviso luminoso no painel do veículo;</p> <p>- carroceria metálica com piso em chapa de aço antiderrapante ou alumínio corrugada</p> <p>- Mínimo 4 (quatro) módulos tipo baú confeccionados em chapa de aço fina laminada a frio ou em alumínio, com iluminação interna com fechadura nas portas, divisão para ferramentas, porta escada, porta vara e cone, protetor lateral e para-choque, com sinalização rotativo no suporte das lanças, com farol de manejo e dois fixos nas laterais dianteiras;</p> <p>- Acesso a carroceria pela parte traseira; - Pintura interna das caixas em poliuretano da alta espessura;</p> <p>- Fundo e acabamento deverá ser do tipo poliuretano</p> <p>- PU na cor branca;</p> <p>- Equipamento deverá vir com todos os itens de segurança exigidos pela NR 10 do MTE, NR-12 do MTE, e CONTRAN e demais itens/equipamentos de série da fabricante.</p> <p>- Garantia da caminhonete e equipamento pelo</p>				
--	--	--	--	--

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



	período mínimo de 12 (doze) meses. - Primeiro emplacamento em nome do Município de Bela Vista MS				
--	---	--	--	--	--

1.2 O objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e necessidade encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto deverá atender integralmente às especificações mínimas abaixo, sendo responsabilidade da licitante demonstrar, por meio de documentação técnica, a conformidade do bem ofertado.

4.2. Documentos, regularização e manuais

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ruf' and 'OKSC']



- Manual do usuário em português
- Relação de assistência técnica autorizada
- Nota fiscal com identificação completa do bem, marca, modelo e garantia
- Entrega com todos os itens e acessórios necessários ao pleno funcionamento

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não é admitida subcontratação, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar

4.4. Garantia da contratação (art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

4.6.1. Não será exigida garantia da contratação, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

4.5. Catálogo técnico (documentação da proposta)

4.5.1. A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a proposta final, **catálogo técnico/prospecto/ficha técnica** do veículo, do equipamento de elevação e da carroceria operacional, emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado, para verificação objetiva da conformidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo **90 (noventa) dias corridos**, contados do(a) contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.1.1. Excepcionalmente, o prazo previsto no item 5.1 poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA, mediante solicitação formal enviada até 30 (trinta) dias antes da entrega, e aceitação expressa da CONTRATANTE, antes do término do prazo originalmente estabelecido.

5.2. O bem deverá ser entregue no seguinte endereço:

- Avenida Teodoro Sativa, a/n, Centro I Bela Vista/MS, CEP 79260-000, no horário das 08:00h às 10:00h e das 13:00h às 16:00h, podendo ser ajustado mediante acordo prévio entre as partes.
- A entrega deverá ser realizada por conta da fornecedora sem causar ônus para a contratante.

5.3 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



substituídos no prazo de 30 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4 O bem deverá ser recebido definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do bem e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 A empresa deverá dar treinamento para no mínimo 03 servidores. O treinamento tem por finalidade assegurar a **operação segura e eficiente** da caminhonete com cesto aéreo e da carroceria operacional, bem como a correta execução de rotinas de inspeção, estabilização, movimentação e procedimentos de emergência, em atendimento às necessidades operacionais do Setor de Iluminação Pública, conforme diretrizes do ETP e exigências deste Termo de Referência.

5.6.1 O treinamento deverá ser realizado **presencialmente**, após a entrega e antes do recebimento definitivo, no local indicado pela Administração, preferencialmente **na sede da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte**, ou em área definida pela fiscalização que permita a realização segura de prática operacional.

5.6.2 O treinamento deverá ocorrer em data previamente agendada com a Administração, dentro do prazo de entrega contratual e de forma a não comprometer a continuidade do serviço público.

5.7. O bem deverá ser entregue devidamente adesivado, conforme especificações e modelo a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

5.7 Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.7.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



5.7.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.7.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.7.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.7.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.7.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.7.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.7.12 A Contratada deverá fornecer todas as revisões e manutenções periódicas do veículo em concessionárias ou estabelecimentos autorizados, seguindo estritamente o manual do proprietário nas cidades de Campo Grande – MS ou Dourados – MS, tendo em vista serem as principais cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, garantindo assim a validade da Garantia Técnica de 12 (doze) meses.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. O bem poderá ser recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Handwritten signatures and initials:
Hf.
Ruf
OKSC



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.6.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.10. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

8.11. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

8.13. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

Ref. H. 12
OKSC



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA



8.14. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Da proposta final

8.17. Apresentação de catálogo técnico, prospecto, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou pelo fornecedor autorizado, contendo informações detalhadas do equipamento ofertado, junto a proposta final do vencedor.

9- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo total da contratação é de **R\$ 456.926,67 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)**.

10- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Projeto/Atividade: 2029
Fonte de recurso: 1.751.0000
Elemento de despesa: 449052
Ficha: 512

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bela Vista, 06 de maio de 2026.

Dalisa Keity S. Cardozo

Dalisa Keity Silva Cardozo - Matrícula 6535

Coordenadora de Compras, Patrimônio e Almoxarifado

Ref
Al
Oksc



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA




Tharso Mosqueira de Negreiros Szabo - Matricula 9706

Coordenador de Divisão de Recursos Humanos


Rita Janaina Zacarias Gomes - Matricula 9120

Assessora Executiva

Aprovação:



Elvio Ramires

Decreto 10472/2025

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte